

HABEAS CORPUS Nº 569.898 - SP (2020/0077641-8)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : SANDRO MARCOS DO NASCIMENTO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PLINIO MARQUES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado de próprio punho e em favor de PLINIO MARQUES DA SILVA, em face do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

Requer o impetrante/paciente a concessão do indulto humanitário, por ser portador de HIV desde 2014, sem que tenha sido encaminhado até agora, para a análise de sua carga viral e possa receber o coquetel de medicamentos utilizados no tratamento dessa comorbidade, estando com problemas de saúde que não têm tido a atenção devida no estabelecimento prisional em que se encontra custodiado.

Em *habeas corpus*, a prova deve ser pré-constituída e incontroversa. Compulsando o presente feito, constato que a peça inicial veio desacompanhada de cópias da sentença e do acórdão impugnado, documentos indispensáveis ao deslinde da controvérsia.

Com efeito, é pacífico o entendimento desta Corte que o *habeas corpus*, porquanto vinculado à demonstração de plano de ilegalidade, não se presta a dilação probatória, exigindo prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração (AgRg no HC n. 289076/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 19/5/2014; AgRg no HC n. 291366/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 29/5/2014; HC n. 269077/PE – 6ª T. – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 2/6/2014).

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Tendo em vista a impetração de próprio punho, intime-se a Defensoria Pública para que tome conhecimento do procedimento e proponha, se for o caso, nova pretensão em favor do paciente.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator